

A

20
Resumo
A

ASSOCIAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS AÇORES

Demonstrações Financeiras e Orçamentais
31 de dezembro de 2022

A
120
L

Índice

Demonstrações financeiras

Balanço

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração das alterações no património líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras

Identificação da entidade

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas

Informação desagregada dos itens apresentados no balanço e na demonstração dos resultados tendo em conta a sua natureza e materialidade

Ativos e passivos contingentes

Indicação do número de pessoal, titulares do órgão de gestão ou informação útil

Demonstrações orçamentais

Demonstração de desempenho orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de execução orçamental da despesa

Anexo às demonstrações orçamentais

Alterações orçamentais da receita

Alterações orçamentais da despesa

Transferências e subsídios recebidos

120g
Kosala
J

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021

ASSOCIAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS AÇORES

(Valores expressos em euros)

Balço em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1	38 600,43	43 101,03
Ativos intangíveis	2	-	156,45
Participações financeiras	3	6 105,92	5 846,32
		44 706,35	49 103,80
Ativo Corrente			
Inventários	4	9 083,45	9 411,56
Devedores por transferências e subsídios	5	233 535,60	138 560,40
Clientes, contribuintes e utentes	6	44 712,14	16 876,45
Estado e outros entes públicos	7	109 826,25	110 633,01
Outras contas a receber	8	172 852,21	304 111,86
Diferimentos	9	5 220,56	1 099,49
Caixa e depósitos	10	65 558,91	91 801,22
		640 789,12	672 493,99
Total do Ativo		685 495,47	721 597,79
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património	11	285 000,00	50 000,00
Resultados transitados		-	(510 837,30)
Outras variações no património líquido		14 001,55	17 293,28
Resultado líquido do período		(161 240,71)	3 798,47
Total do Património Líquido	11	137 760,84	(439 745,55)
PASSIVO			
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos	12	134 223,74	140 553,51
Fornecedores	13	165 642,93	731 285,64
Estado e outros entes públicos	7	22 486,13	24 399,07
Outras contas a pagar	13	150 147,15	162 833,77
Diferimentos	9	75 234,68	102 271,35
		547 734,63	1 161 343,34
Total do Passivo		547 734,63	1 161 343,34
Total do Património Líquido e Passivo		685 495,47	721 597,79

O Contabilista Certificado



A Direção

A
20g
Rosa
A

ASSOCIAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS AÇORES

(Valores expressos em euros)

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Notas	2022	2021
Prestações de serviços	15	382 443,01	336 346,08
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	16	1 343 687,38	1 198 174,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4	(187 538,51)	(145 777,30)
Fornecimentos e serviços externos	17	(564 040,68)	(431 008,27)
Gastos com pessoal	18	(871 608,61)	(725 940,00)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	-	5 798,17
Outros rendimentos e ganhos	19	4 923,36	9 500,30
Outros gastos e perdas	20	(243 011,49)	(216 188,12)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		(135 145,54)	30 905,45
Gastos/reversões de depreciação e amortização	1 e 2	(14 768,30)	(12 927,33)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(149 913,84)	17 978,12
Juros e gastos similares suportados	14	(11 326,87)	(14 124,88)
Resultado antes de impostos		(161 240,71)	3 853,24
Imposto sobre o rendimento	7	-	(54,77)
Resultado líquido do período		(161 240,71)	3 798,47

O Contabilista Certificado



A Direção

Handwritten signatures and initials at the top left of the page.

ASSOCIAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS AÇORES

(Valores expressos em euros)

Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Património Realizado	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
A 1 de janeiro de 2021		50 000,00	(416 470,91)	-	(94 366,39)	(460 837,30)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação do resultado líquido de 2020		-	(94 366,39)	-	94 366,39	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	17 293,28	-	17 293,28
		-	(94 366,39)	17 293,28	94 366,39	17 293,28
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					3 798,47	3 798,47
RESULTADO INTEGRAL					3 798,47	3 798,47
A 31 de dezembro de 2021	11	50 000,00	(510 837,30)	17 293,28	3 798,47	(439 745,55)
A 1 de janeiro de 2022		50 000,00	(510 837,30)	17 293,28	3 798,47	(439 745,55)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação do resultado líquido de 2021		-	3 798,47	-	(3 798,47)	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	(3 291,73)	-	(3 291,73)
		-	3 798,47	(3 291,73)	(3 798,47)	(3 291,73)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(161 240,71)	(161 240,71)
RESULTADO INTEGRAL					(161 240,71)	(161 240,71)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de património		235 000,00	-	-	-	235 000,00
Entradas para cobertura de perdas		-	507 038,83	-	-	507 038,83
		235 000,00	507 038,83	-	-	742 038,83
A 31 de dezembro de 2022	11	285 000,00	-	14 001,55	(161 240,71)	137 760,84

A Direção

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the certified accountant.

ASSOCIAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS AÇORES

(Valores expressos em euros)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		486 460,69	374 574,99
Pagamentos a fornecedores		(507 621,95)	(584 688,19)
Pagamentos ao pessoal		(876 593,30)	(694 408,66)
Caixa gerada pelas operações		(897 754,56)	(904 521,86)
Outros recebimentos/pagamentos		909 730,62	1 208 227,81
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u>11 976,06</u>	<u>303 705,95</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(10 111,25)	(23 995,23)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		<u>(10 111,25)</u>	<u>(23 995,23)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 131 500,00	892 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 131 500,00)	(1 179 500,00)
Juros e gastos similares		(28 107,12)	(28 950,22)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		<u>(28 107,12)</u>	<u>(316 450,22)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		(26 242,31)	(36 739,50)
Sado Inicial APM		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		91 801,22	128 540,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	65 558,91	91 801,22
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		91 801,22	128 540,72
Equivalentes a caixa no início do período		91 801,22	128 540,72
Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
Saldo da gerência anterior		91 801,22	128 540,72
De execução orçamental		91 801,22	128 540,72
De operações de tesouraria		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		65 558,91	91 801,22
Equivalentes a caixa no fim do período		65 558,91	91 801,22
Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
Saldo para a gerência seguinte		65 558,91	91 801,22
De execução orçamental		65 558,91	91 801,22
De operações de tesouraria		-	-

O Contabilista Certificado

A Direção






ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A AVEA – Associação para a Valorização Económica dos Açores abreviadamente também designada por Associação, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 19 de julho de 2002 pelo Governo dos Açores, a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e a SATA Air Açores. Tem a sua sede na Rua dos Clérigos n.º 4, 9500-308 Ponta Delgada.

Sendo uma Entidade detida maioritariamente por entidades com capitais públicos, está sujeita à disciplina do setor público empresarial regional, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março. É uma entidade pública reclassificada, uma vez que se inclui no subsector da administração regional, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, adotando para o efeito o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações públicas (SNC-AP).

A Associação tem como objeto social a promoção da qualificação profissional em diversas áreas que contribuam para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente nos setores de hotelaria, turismo, restauração e atividade conexas, de produção cultural e de produtos endógenos e serviços do arquipélago, a promoção dos produtos tradicionais, nomeadamente o artesanato regional e unidades produtivas artesanais, a promoção de produtos e serviços de origem açoriana, valorizando as empresas e agentes económicos, bem com a gestão de espaços e a organização de iniciativas.

Para prossecução destes objetivos, a Associação promoveu a criação da Escola de Formação Turística dos Açores (EFTA) que se rege por regulamento próprio, tendo para tal o direito de utilização do restaurante e Lounge Anfiteatro nas Portas do Mar, que constituirão a sua estrutura principal de formação técnica e prática. Adicionalmente, a Associação passou também a promover, participar e a realizar eventos ou outras atividades como feiras, exposições em diversas áreas, ficando também responsável pela gestão do estabelecimento “Pavilhão do Mar”, situado no empreendimento Portas do Mar.

Ao abrigo do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei 460/77, de 7 de Novembro e do artigo 1º do Decreto-Lei nº 52/80, de 26 de março, conjugados com o nº 3 do artigo 5º do Decreto Legislativo Regional nº 38-A/2004/A, de 11 de novembro, a Presidência do Governo Regional declarou a Associação de utilidade pública em 7 de novembro de 2005.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com regime simplificado para as pequenas entidades do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pela Portaria 218/2016 de 9 de agosto, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública – Pequenas Entidades (NCP-PE), constantes no referido diploma.

Sempre que as NCP-PE não respondam a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, ao SNC-AP do regime geral, e depois, às Normas de Contabilidade e Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras da Associação e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP-PE

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos da Associação. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimento e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP-PE.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Associação, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "ROJ" and a signature.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pela Direção, em 11 de março de 2022.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior. No entanto, procedeu-se nos números comparativos apresentados nas presentes demonstrações financeiras à reclassificação para Credores por transferências e subsídios concedidos de alguns saldos que, em 2020, foram reconhecidos na rubrica de Outras contas a pagar, no montante de 356.082 euros (Nota 12). Esta reexpressão na apresentação desses saldos não alterou o valor do passivo corrente então apresentado e não teve qualquer efeito nos resultados e na demonstração dos fluxos de caixa.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, com base no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo quando indicado.

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

A Associação classifica os ativos e os passivos em correntes, quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

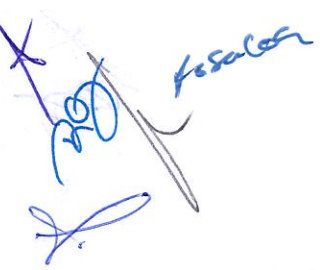
(a) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis, utilizados na prestação de serviços ou para uso administrativo, encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

200



As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

(b) IMPARIDADES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos, que é determinada como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil e, sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade determinadas em períodos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(c) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As contribuições para o património social registadas em Participações financeiras estão mensuradas ao valor nominal.

(d) INVENTÁRIOS

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

(e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Handwritten notes in blue ink: "reg" and "reserva" with arrows pointing to the right, and a signature-like scribble below.

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios ou por empréstimos bonificados; Clientes, contribuintes e utentes; Credores por transferências e subsídios obtidos, Fornecedores e Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros, que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

i. CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subseqüentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.



ii. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

iii. PATRIMÓNIO REALIZADO

O património social inicial da Associação corresponde às prestações pecuniárias dos associados fundadores:

iv. FORNECEDORS E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

v. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

(f) IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

As quantias escrituradas dos ativos financeiros, que não sejam mensurados ao justo valor através dos resultados, são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(g) DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A
Roj
Pósula
J

A Associação desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Associação desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(h) PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(i) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

(j) RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

A 200
casal 02

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Associação (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Associação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Associação mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Associação quando satisfaz uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz

A
Roj
Rosale

a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidas pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(k) BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Associação reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

(l) ESPECIALIZAÇÃO DE GASTOS E RENDIMENTOS

A Associação regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

(m) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A
200
fiscal
Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em património líquido quando associados a transações registadas diretamente no património líquido.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

(n) MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Associação reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem com os ativos e passivos com eles relacionados. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

(o) ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A
RG
Lacru
A

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existentes à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período subsequente estão relacionadas com a determinação da elegibilidade dos gastos com os cursos de formação profissional realizados e ainda não aprovados que, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelas entidades financiadoras, a Associação estima numa base provisória, podendo haver correções decorrentes da sua não integral aceitação.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Associação.

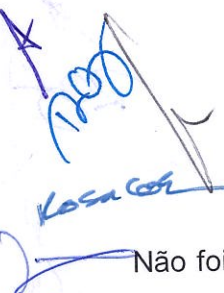
Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Associação, para os períodos apresentados.

Alterações nas estimativas contabilísticas

A Associação não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

Erros materiais de períodos anteriores


 Não foi identificado em 2022 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo a Direção procedido à avaliação da capacidade da Associação operar em continuidade, tendo concluído que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades e assegurar os compromissos futuros, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Informação desagregada dos itens apresentados no balanço e na demonstração dos resultados tendo em conta a sua natureza e materialidade

1 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos Ativos fixos tangíveis resumem-se como segue:

	31 de dezembro de 2022			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos	Total
Quantia bruta escriturada inicial	979 656	477 004	254 961	1 711 622
Depreciações acumuladas iniciais	(950 021)	(467 584)	(250 916)	(1 668 520)
Quantia líquida escriturada inicial	<u>29 636</u>	<u>9 421</u>	<u>4 045</u>	<u>43 101</u>
Movimentos do período	<u>(963)</u>	<u>(2 367)</u>	<u>(1 170)</u>	<u>(4 501)</u>
Aumentos	<u>8 063</u>	<u>2 049</u>	-	<u>10 111</u>
Aquisições	8 063	2 049	-	10 111
Diminuições	<u>(9 026)</u>	<u>(4 416)</u>	<u>(1 170)</u>	<u>(14 612)</u>
Depreciações	(9 026)	(4 416)	(1 170)	(14 612)
Quantia bruta escriturada final	987 719	479 053	254 961	1 721 733
Depreciações acumuladas finais	(959 046)	(471 999)	(252 087)	(1 683 132)
Quantia líquida escriturada final	<u>28 672</u>	<u>7 054</u>	<u>2 875</u>	<u>38 600</u>

31 de dezembro de 2021				
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos	Total
Quantia bruta escriturada inicial	962 623	473 338	254 961	1 690 921
Depreciações acumuladas iniciais	(942 992)	(463 090)	(249 746)	(1 655 828)
Quantia líquida escriturada inicial	<u>19 631</u>	<u>10 248</u>	<u>5 215</u>	<u>35 094</u>
Movimentos do período	<u>10 005</u>	<u>(827)</u>	<u>(1 170)</u>	<u>8 007</u>
Aumentos	<u>17 033</u>	<u>3 667</u>	<u>-</u>	<u>20 700</u>
Aquisições	17 033	3 667	-	20 700
Diminuições	<u>(7 029)</u>	<u>(4 494)</u>	<u>(1 170)</u>	<u>(12 693)</u>
Depreciações	(7 029)	(4 494)	(1 170)	(12 693)
Quantia bruta escriturada final	<u>979 656</u>	<u>477 004</u>	<u>254 961</u>	<u>1 711 622</u>
Depreciações acumuladas finais	(950 021)	(467 584)	(250 916)	(1 668 520)
Quantia líquida escriturada final	<u>29 636</u>	<u>9 421</u>	<u>4 045</u>	<u>43 101</u>

2 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis, que compreendem exclusivamente programas de computador, resumem-se como segue:

	2022	2021
Quantia bruta escriturada inicial	<u>2 851</u>	<u>2 851</u>
Depreciações acumuladas iniciais	(2 695)	(2 460)
Quantia líquida escriturada inicial	<u>156</u>	<u>391</u>
Movimentos do período	<u>235</u>	<u>(235)</u>
Aumentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Aquisições	-	-
Diminuições	<u>(156)</u>	<u>(235)</u>
Depreciações	(156)	(235)
Quantia bruta escriturada final	<u>2 851</u>	<u>2 851</u>
Depreciações acumuladas finais	(2 851)	(2 695)
Perdas por imparidades finais	-	-
Quantia líquida escriturada final	<u>-</u>	<u>156</u>

3 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Na rubrica de Investimentos financeiros está registada a participação na Adeliçor – Associação para o Desenvolvimento Local das Ilhas dos Açores, no montante de 25 euros, e os


fundos disponibilizados para o Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 6.081 euros (em 2021 – 5.821 euros).

4 - INVENTÁRIOS

O movimento ocorrido durante o ano de 2022 e 2021 é assim resumido:

	2022	2021
Inventário inicial	26 202	24 319
Compras	187 210	147 660
Inventário final	(25 874)	(26 202)
Custo das vendas	<u>187 539</u>	<u>145 777</u>
Inventário final	25 874	26 202
Perdas por imparidades de inventários	<u>(16 790)</u>	<u>(16 790)</u>
Saldo líquido	<u><u>9 083</u></u>	<u><u>9 412</u></u>

O movimento ocorrido no período na rubrica de imparidades acumuladas foi o seguinte:

	2022	2021
Saldo inicial	16 790	16 790
Reforços do ano	-	-
Saldo Final	<u><u>16 790</u></u>	<u><u>16 790</u></u>

5 - DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo das rubricas de Devedores por transferências e subsídios, que se refere aos subsídios a receber, a título não reembolsável (transações sem contraprestação), detalha-se do seguinte modo:

	2022	2021
Fundo Social Europeu	163 632	77 549
Fundo Regional do Emprego	44 025	48 315
Outros	25 878	12 696
	<u><u>233 536</u></u>	<u><u>138 560</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes previstos a receber do Fundo Social Europeu referente ao financiamento dos custos de formação profissional pelo programa Pró-

Emprego incorridos até essas datas correspondem à estimativa de rendimentos e gastos passíveis de serem financiados numa perspetiva global da sua duração, e subdividem-se entre os gastos já submetidos para validação de 163.632 euros (em 2021 – 77.549 euros) e ainda não apresentados de 172.721 euros (em 2021 – 286.714 euros), que estão classificadas em Outras contas a receber (Nota 8).

6- CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta rubrica estava assim decomposto:

	2022	2021
Cientes		
Saldos correntes	44 712	16 876
Cobrança duvidosa	58 958	58 958
	<u>103 670</u>	<u>75 835</u>
Perdas por imparidades acumuladas	(58 958)	(58 958)
	<u>44 712</u>	<u>16 876</u>

A rubrica de perdas por Imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 resume-se como se segue:

	2022	2021
Saldo inicial	58 958	64 756
Reforços do ano	-	-
Reversões do ano	-	(5 798)
	<u>58 958</u>	<u>58 958</u>

7- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos com as entidades públicas detalham-se como segue:

A
200

Rosulosa

X

	2022		2021	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	55
Retenção de impostos sobre rendimentos				
Trabalho dependente	-	4 532	-	5 100
Trabalho independente	-	2 272	-	4 506
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA a recuperar	17 297	-	18 104	-
IVA dedutível	-	-	-	-
IVA Liquidações oficiosas	92 529	-	92 529	-
Contribuições para a segurança social	-	15 494	-	13 241
Contribuições para a caixa geral de aposentações	-	-	-	1 241
Contribuições para a A.D.S.E.	-	-	-	125
Outras tributações - FCT e FGCT	-	188	-	132
	<u>109 826</u>	<u>22 486</u>	<u>110 633</u>	<u>24 399</u>

O montante de 92.529 euros de Imposto sobre o valor acrescentado está relacionado com um processo de execução fiscal que surge na sequência de uma inspeção realizada em 2008 pela Autoridade Tributária à extinta Associação Portas do Mar, que não aceitou os atos tributários de liquidação de imposto sobre o valor acrescentado (195.580 euros) e de juros compensatórios (28.807 euros), que resultaram desse ato inspetivo. Relativamente aos anos de 2009 e 2010 a inspeção apurou IVA a liquidar nos montantes de 82.924 euros e 93.250 euros, respetivamente. Estes processos estão relacionados com a tributação em sede de IVA das verbas transferidas pela Região Autónoma dos Açores destinadas a financiar a atividade daquela antiga associação, por isso, entende que a legalidade das correções incorrem em erros de pressupostos objetivos e subjetivos de incidência do imposto.

A Associação Portas do Mar foi compelida a prestar uma garantia bancária para suspender o processo de execução fiscal, que se extinguirá no caso de ser concedido provimento às contestações efetuadas.

A Associação está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores, a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 14,70% em 2022. Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, a Associação está também sujeita à derrama fixada pelo município até ao montante máximo de 1 % do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

A
Roj
Rosado

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Direção entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal, com exceção da pendência do assunto anteriormente mencionado.

8 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica compreende maioritariamente estimativas de gastos incorridos e ainda não apresentados relativos a formação profissional, cujo detalhe se apresenta:

	2022	2021
Outros contas a receber		
FSE - Encargos ainda não submetidos	172 721	303 687
Outros	131	425
	<u>172 852</u>	<u>304 112</u>

9- DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica do ativo de Diferimentos contempla os gastos a reconhecer no ano subsequente, conforme se apresenta:

Handwritten signature and initials in blue ink.

	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 145	1 099
Rendas	4 076	-
	<u>5 221</u>	<u>1 099</u>

Na rubrica de Diferimentos (passivos), o saldo de Rendimentos a reconhecer a 31 de dezembro de 2022 e 2021, diz respeito a rendimentos a registar dos valores já recebidos de ações de formação que serão realizadas nos períodos subsequentes, no montante de 75.235 euros (em 2021 - 102.271 euros).

10- CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Caixa	11	-
Depósitos à ordem	65 548	91 801
Total de caixa e depósitos	<u>65 559</u>	<u>91 801</u>

A Associação não dispõe de quaisquer saldos de caixa e seus equivalentes com restrição de uso nos períodos apresentados.

11- PATRIMÓNIO

O património social inicial da Associação foi dotado, em 2002, de uma verba de 50.000 euros, correspondente às seguintes prestações pecuniárias feitas pelos associados fundadores:

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	25.000
CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA	12.500
SATA AIR AÇORES – SOCIEDADE AÇOREANA DE TRANSPORTES AÉREOS, S.A.	12.500
	<u>50.000</u>

Constitui património da Associação o produto das participações anuais dos seus associados, bem como os bens, valores, serviços e direitos para ela transferidos ou adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no Património líquido resumem-se como segue:

A
203
fatur
al

	01/01/2022	Aplicação de resultados	Variações	31/12/2022
Património	50 000	-	235 000	285 000
Resultados transitados	(510 837)	3 798	507 039	-
Outras variações dos fundos próprios	17 293	-	(3 292)	14 002
	<u>(443 544)</u>	<u>3 798</u>	<u>738 747</u>	<u>299 002</u>
Resultado líquido	3 798	(3 798)	(161 241)	(161 241)
Total do património líquido	<u><u>(439 746)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>577 506</u></u>	<u><u>137 761</u></u>


	01/01/2021	Aplicação de resultados	Variações	31/12/2021
Património	50 000	-	-	50 000
Resultados transitados	(416 471)	(94 366)	-	(510 837)
Outras variações dos fundos próprios	-	-	17 293	17 293
	<u>(366 471)</u>	<u>(94 366)</u>	<u>17 293</u>	<u>(443 544)</u>
Resultado líquido	-94 366	94 366	3 798	3 798
Total do património líquido	<u><u>(460 837)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>21 092</u></u>	<u><u>(439 746)</u></u>

Em assembleia geral realizada em 20 dezembro de 2022, e nos termos mencionados na Resolução do Conselho de Governo nº 203/2022, de 14 de dezembro, foi deliberado proceder a cedência dos créditos da Região Autónoma dos Açores sobre a Portos dos Açores, S.A., resultantes da taxa de descarga de areia, no montante de 742.039 euros e, subsequentemente, utilizar este crédito na cobertura dos prejuízos acumulados de anos anteriores, no montante de 507.039 euros e no reforço do Património em 235.000 euros. O montante assim cedido reduziu o saldo da Portos dos Açores, como indicado na Nota 13.

Os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis e os correspondentes impostos associados são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O imposto a pagar no futuro sobre estes subsídios é reconhecido em Outras contas a pagar e subsequentemente anulado diretamente no património líquido, à medida que esses subsídios são imputados a resultados.

A rubrica de Outras variações no património teve o seguinte movimento:

	Subsídio	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	-
Atribuição no ano	17 581	17 581
Transferência para resultados	(288)	(288)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>17 293</u>	<u>17 293</u>
Transferência para resultados	(3 292)	(3 292)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>14 002</u></u>	<u><u>14 002</u></u>



As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direção de manter em resultados transitados o resultado positivo de 3.798 euros apurado nesse exercício, foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2022.

12- CREDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo esta rubrica era assim composto:

	2022	2021
FSE - valores adiantados	113 127	119 457
TURISMO DE PORTUGAL	21 097	21 097
	<u>134 224</u>	<u>140 554</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Fundo Social Europeu tinha adiantado 113.127 euros e 119.457 euros, respetivamente, montantes que serão regularizados com a apresentação das respetivas despesas antecipadamente financiadas.

O montante de 21.097 euros a reembolsar ao Turismo de Portugal refere-se às verbas do contrato de concessão de apoio financeiro de natureza não reembolsável concedido em 2018 para financiar o Programa de Qualificação e Valorização Profissional Açores – Certificado Pela Natureza então realizado. Em 2021, regularizou-se 4.054 euros por contrapartida de Outros gastos e perdas (Nota 20).

13 - FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar detalha-se como segue:

X
Rog
Rosa

	2022	2021
Fornecedores		
Sata Air Açores	212	235
Outros	165 431	731 051
	<u>165 643</u>	<u>731 286</u>
Outras contas a pagar		
Remunerações a processar e liquidar	125 567	124 468
Outros acréscimos	15 353	18 217
Bolsas de formação	8 106	17 143
Outros credores	1 122	3 006
	<u>150 147</u>	<u>162 834</u>

Na rubrica de Fornecedores está escriturado um saldo de 22.041 euros em 31 de dezembro de 2022 (em 2021 – 679.487 euros) devido à PORTOS DOS AÇORES e proveniente do direito de utilização do restaurante e Lounge Anfiteatro nas Portas do Mar e da gestão do estabelecimento “Pavilhão do Mar”, situado no empreendimento Portas do Mar, que sofreu uma redução 742.039 euros em 2022 em consequência da deliberação da assembleia geral realizada em 20 dezembro de 2022 mencionada na Nota 11.

14 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Existem três contas correntes caucionadas contratadas, com montantes autorizados de 200.000 euros, 25.000 euros e 300.000 euros, sendo as duas primeiras remuneradas à taxa Euribor, de 12 meses acrescidas de uma margem de 4,75 pontos percentuais e a última vencendo juros à mesma taxa Euribor a 12 meses acrescida de uma margem de 2,5 pontos percentuais.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Financiamentos não havia qualquer valor utilizado das contas correntes caucionadas.

Os gastos financeiros relacionados maioritariamente com empréstimos obtidos, no valor de 11.327 euros (em 2021 – 14.125 euros), foram reconhecidos como gastos do período corrente, conforme se demonstra:

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	33 204	42 466
Remunerações do pessoal	667 068	546 348
Encargos sobre remunerações	165 268	128 287
Seguro de acidentes no trabalho	4 613	6 819
Outros	1 456	2 020
	<u>871 609</u>	<u>725 940</u>

O número médio de pessoas ao serviço da Associação nos exercícios de 2022 e 2021 era de 41 e 40 funcionários, respetivamente.

19 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos detalha-se conforme se segue:

	2022	2021
Imputação de subsídios	-	288
Rendimentos suplementares	1 178	143
Correções relativas a períodos anteriores	358	8 984
Outros	3 343	85
Excesso de estimativa para impostos	43	-
	<u>4 923</u>	<u>9 500</u>

20 - OUTROS GASTOS E PERDAS

O saldo desta rubrica refere-se nomeadamente a encargos com formandos, conforme se apresenta:

	2022	2021
Impostos e taxas	39 069	29 369
Correções relativas a períodos anteriores	12	15 019
Quotizações	375	1 275
Outros		
Outros encargos com formandos	187 158	155 194
Serviços bancários	16 398	15 311
Outros não especificados	-	20
	<u>243 011</u>	<u>216 188</u>

Na rubrica de Impostos e taxas é reconhecida a parte não dedutível do Imposto sobre o Valor Acrescentado, nos montantes de 38.509 euros e 28.990 euros, respetivamente em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

21- ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Com exceção do assunto mencionado na Nota 7, a Associação não tem quaisquer ativos nem passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

22- EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

23- INDICAÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAL, TITULARES DO ÓRGÃO DE GESTÃO OU INFORMAÇÃO ÚTIL

Os órgãos sociais e de gestão tinham a seguinte composição:

Direção	
Nome	Cargo
António Manuel Silva Almeida (Região Autónoma dos Açores)	Presidente
Rosa Maria Carreiro Machado Costa (Região Autónoma dos Açores)	Vice-Presidente
João Manuel Pires de Medeiros (CCIPD)	Vice-Presidente
Rui Oliveira da Apresentação (SATA)	Vogal

Mesa da Assembleia	
Nome	Cargo
Raquel Garcia de Medeiros Franco (CCIPD)	Presidente
Renato Francisco Martins Lopes Almeida de Medeiros (Região Autónoma dos Açores)	Primeiro Secretário
Amâncio Gonçalves Machado de Faria e Maia (Região Autónoma dos Açores)	Segundo Secretário

Conselho Fiscal	
Nome	Cargo
Daniel de Medeiros Mestre	Presidente
Carolina Ponte Bastos (Região Autónoma dos Açores)	Membro
Manuel Luís Fernandes Branco (em representação da UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.)	Membro

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Demonstrações Orçamentais
31 de dezembro de 2022

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Demonstração Desempenho Orçamental

Exercício 2022

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
	Saldo de gestão anterior							
	Operações orçamentais [1]	0,00	9180122	0,00	0,00	0,00	9180122	128 540,72
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita corrente							
R 1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	178,14	0,00	0,00	0,00	178,14	143,40
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R 5	Transferências Correntes	0,00	618 279,69	0,00	0,00	0,00	618 279,69	778 343,76
R5.1	Administrações Públicas	0,00	618 279,69	0,00	0,00	0,00	618 279,69	778 343,76
R5.11	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.12	Administração Central - Outras entidades	0,00	9225,50	0,00	0,00	0,00	9225,50	162 782,87
R5.13	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.14	Administração Regional	0,00	609 054,19	0,00	0,00	0,00	609 054,19	615 560,89
R5.15	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	392 886,32	0,00	0,00	0,00	392 886,32	374 574,99
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R 9	Transferências de Capital	0,00	728 603,89	0,00	0,00	0,00	728 603,89	577 531,49
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.11	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.12	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.13	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.14	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.15	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	728 603,89	0,00	0,00	0,00	728 603,89	577 531,49
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	8 299,05	0,00	0,00	0,00	8 299,05	5 944,52
	Receita efetiva [2]	0,00	1 749 247,09	0,00	0,00	0,00	1 749 247,09	1 736 538,16
	Receita não efetiva [3]	0,00	1 131 500,00	0,00	0,00	0,00	1 131 500,00	892 000,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	1 131 500,00	0,00	0,00	0,00	1 131 500,00	892 000,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	0,00	2 972 548,31	0,00	0,00	0,00	2 972 548,31	2 757 078,88
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstração Desempenho Orçamental

Exercício

2022

RUBRICA	FONTES DE FINANCIAMENTO (R)						TOTAL	N-1
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS			
Despesa corrente								
D 1 Despesas com o pessoal	0,00	870 614,64	0,00	0,00	0,00	870 614,64	694 408,66	
D11 Remunerações Certas e Permanentes	0,00	654 643,62	0,00	0,00	0,00	654 643,62	542 338,25	
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	44 991,88	0,00	0,00	0,00	44 991,88	21746,20	
D13 Segurança social	0,00	170 979,14	0,00	0,00	0,00	170 979,14	130 324,21	
D2 Aquisição de bens e serviços	0,00	666 723,67	0,00	0,00	0,00	666 723,67	584 688,19	
D3 Juros e outros encargos	0,00	28 12,5	0,00	0,00	0,00	28 12,5	30 032,93	
D 4 Transferências correntes	0,00	196 195,78	0,00	0,00	0,00	196 195,78	148 808,19	
D 4.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.11 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.12 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.13 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.14 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.15 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.3 Famílias	0,00	196 195,78	0,00	0,00	0,00	196 195,78	148 808,19	
D4.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D6 Outras despesas correntes	0,00	1639,67	0,00	0,00	0,00	1639,67	3 844,46	
Despesa de Capital								
D7 Investimento	0,00	12 203,49	0,00	0,00	0,00	12 203,49	23 995,23	
D 8 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D 8.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.11 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.12 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.13 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.14 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.15 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa efetiva [5]	0,00	1 775 489,40	0,00	0,00	0,00	1 775 489,40	1 485 777,66	
Despesa não efetiva [6]	0,00	1 131 500,00	0,00	0,00	0,00	1 131 500,00	1 179 500,00	
D10 Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D11 Passivos financeiros	0,00	1 131 500,00	0,00	0,00	0,00	1 131 500,00	1 179 500,00	
Soma [7]=[5]+[6]	0,00	2 906 989,40	0,00	0,00	0,00	2 906 989,40	2 665 277,66	
Pagamentos de operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saldos para gerência seguinte								
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	0,00	65 558,91	0,00	0,00	0,00	65 558,91	91801,22	
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saldo global [2]-[5]	0,00	-26 242,31	0,00	0,00	0,00	-26 242,31	250 760,50	
Despesa primária	0,00	1747 377,25	0,00	0,00	0,00	1747 377,25	1455 744,73	
Saldo corrente	0,00	-752 119,90	0,00	0,00	0,00	-752 119,90	-308 863,88	
Saldo de capital	0,00	716 400,40	0,00	0,00	0,00	716 400,40	553 536,26	
Saldo primário	0,00	1869,84	0,00	0,00	0,00	1869,84	280 793,43	
Receita total [1]+[2]+[3]	0,00	2 972 548,31	0,00	0,00	0,00	2 972 548,31	2 757 078,88	
Despesa total [5]+[6]	0,00	2 906 989,40	0,00	0,00	0,00	2 906 989,40	2 665 277,66	

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de anteriores	Reserva líquidas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau de execução em períodos anteriores
							Emiidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		
R1	Receitas Correntes											
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R11	Impostos diretos											0%
R12	Impostos indiretos											0%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e para a previdência complementar											0%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1500,00		1.888,14	0,00	1.888,14	0,00	0,00	1.888,14	1.888,14	0,00	0%
R4	Rendimentos de propriedade											78%
R6	Transferências Correntes	730 026,36	48 316,18	634 936,36	0,00	619 226,60	946,81	946,81	618 279,69	619 279,69	64 970,86	84%
R6.1	Administrações Públicas	730 026,36	48 316,18	634 936,36	0,00	619 226,60	946,81	946,81	618 279,69	619 279,69	64 970,86	84%
R5.11	Administração Central - Estado	0,00										0%
R5.12	Administração Central - Outras entidades	71526,36	48 316,18	4 935,36		9 225,50			4 935,36	9 225,50	44 025,04	6%
R5.13	Segurança Social	28 500,00				630 000,00	946,81	946,81		0,00	0,00	0%
R5.14	Administração Regional	650 000,00	0,00			630 000,00	946,81	946,81	609 054,19	609 054,19	20 945,81	97%
R5.15	Administração Local											0%
R5.2	Exterior - UE											0%
R5.3	Outras	445 273,64	8 002,77	438 441,96	4 962,70	404 359,82	9 851,05	9 851,05	389 280,26	392 866,32	45 605,11	87%
R6	Venda de bens e serviços											0%
R7	Outras receitas correntes											0%
R7	Total das Receitas Correntes	1 176 800,00	56 317,35	1 072 565,46	4 962,70	1 024 773,46	10 806,86	10 806,86	1 004 457,96	1 012 344,15	111 586,96	85%
R8	Receitas de Capital											
R8	Venda de bens de investimento											0%
R9	Transferências de Capital	1 563 529,00	372 087,48	1 242 682,21	284 964,62	1 396 413,83	666 809,94	666 809,94	715 978,12	728 603,89	219 366,86	46%
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R9.11	Administração Central - Estado											0%
R9.12	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00									0%
R9.13	Segurança Social											0%
R9.14	Administração Regional											0%
R9.15	Administração Local											0%
R9.2	Exterior - UE	1 563 529,00	372 087,48	1 242 682,21	284 964,62	1 396 413,83	666 809,94	666 809,94	715 978,12	728 603,89	219 366,86	46%
R9.3	Outras											0%
R9.4	Outras receitas de capital											0%
R9	Total das Receitas de Capital	1 563 529,00	372 087,48	1 242 682,21	284 964,62	1 396 413,83	666 809,94	666 809,94	715 978,12	728 603,89	219 366,86	46%
R10	Receitas não efetivas											
R10	Ativos financeiros											0%
R10	Passivos financeiros	1700 000,00		1 131 500,00	0,00	1 311 500,00	0,00	0,00	1 311 500,00	1 311 500,00	0,00	97%
R10	Total das Receitas não efetivas	1700 000,00	0,00	1 131 500,00	0,00	1 311 500,00	0,00	0,00	1 311 500,00	1 311 500,00	0,00	97%
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	30 000,00		8 299,05		8 299,05			8 299,05	8 299,05	0,00	28%
R14	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	91802,00		91801,22		91801,22			91801,22	91801,22	0,00	100%
R14	Total Geral (Receitas Correntes)	1 176 800,00	56 317,35	1 072 565,46	4 962,70	1 024 773,46	10 806,86	10 806,86	1 004 457,96	1 012 344,15	111 586,96	85%
R14	Total Geral (Receitas Correntes)	1 563 529,00	372 087,48	1 242 682,21	284 964,62	1 396 413,83	666 809,94	666 809,94	715 978,12	728 603,89	219 366,86	46%
R14	Total Geral (Res. de Capital)	4 562 131,00	428 404,83	3 546 847,94	289 907,22	3 651 787,66	677 616,80	677 616,80	2 962 036,34	2 972 648,31	330 941,82	65%

Resposta

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Rubrica	Descrição	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dotações consignadas	Cativos / descativos	Compromisso	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Saldo em 31/12/2022	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
D	Despesas Correntes												
D 1	Despesas com o pessoal	19.997,96	939.367,00	0,00	892.606,71	891.002,96	860.616,68	870.614,64	1.603,75	20.388,32	2%	91%	
D 11	Remunerações Certas e Permanentes	9.822,45	682.010,00		663.729,67	663.729,49	645.451,17	654.643,62	0,00	9.085,57	1%	95%	
D 12	Abonos Variáveis ou Eventuais	798,82	66.491,00		45.730,37	45.730,37	44.893,06	44.991,68	0,00	738,49	1%	68%	
D 13	Segurança Social	10.066,69	10.066,00		183.147,15	181.543,40	160.972,45	170.979,14	1603,75	10.564,26	5%	84%	
D 2	Aquisição de bens e serviços	7.112,76,62	1.796.386,00	10.1019,00	914.296,16	841.134,29	616.178,10	666.723,67	72.963,16	174.619,32	3%	34%	
D 3	Juros e outros encargos	52.175,92	85.481,00		28.380,34	28.380,34	28.112,11	28.112,11	0,00	268,19	0%	33%	
D 4	Transferências correntes	17.142,94	216.213,00	0,00	204.301,40	204.301,40	179.062,94	186.186,78	0,00	8.106,62	8%	83%	
D 4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
D 4.11	Administração Central - Estado										0%	0%	
D 4.12	Administração Central - Outras entidades										0%	0%	
D 4.13	Segurança Social										0%	0%	
D 4.14	Administração Regional										0%	0%	
D 4.15	Administração Local										0%	0%	
D 4.2	Instituições sem fins lucrativos										0%	0%	
D 4.3	Famílias										0%	0%	
D 4.4	Outras	17.142,94	216.213,00		204.301,40	204.301,40	179.062,94	186.186,78	0,00	8.106,62	8%	83%	
D 5	Subsídios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
D 6	Outras despesas correntes	0,00	6.686,00		2.421,80	1.646,66	1.639,67	1.639,67	776,14	6,99	0%	28%	
D 6	Total das Despesas Correntes	800.692,44	3.042.131,00	10.1019,00	2.042.006,40	1.966.674,36	1.674.598,93	1.763.286,91	76.332,06	203.388,44	3%	55%	
D 7	Despesas de Capital										0%	0%	
D 7	Investimento	474,44	20.000,00		12.203,49	12.203,49	11.729,05	12.203,49	0,00	0,00	2%	69%	
D 8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
D 8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
D 8.11	Administração Central - Estado										0%	0%	
D 8.12	Administração Central - Outras entidades										0%	0%	
D 8.13	Segurança Social										0%	0%	
D 8.14	Administração Regional										0%	0%	
D 8.15	Administração Local										0%	0%	
D 8.2	Instituições sem fins lucrativos										0%	0%	
D 8.3	Famílias										0%	0%	
D 8.4	Outras	474,44	20.000,00		12.203,49	12.203,49	11.729,05	12.203,49	0,00	0,00	2%	59%	
D 9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
D 9	Total das Despesas de Capital	474,44	20.000,00	0,00	12.203,49	12.203,49	11.729,05	12.203,49	0,00	0,00	2%	59%	
D 10	Despesas não efetivas										0%	0%	
D 10	Ativos financeiros										0%	0%	
D 11	Passivos financeiros										0%	0%	
D 11	Total das Despesas não efetivas	0,00	1.600.000,00	0,00	1.131.600,00	1.131.600,00	1.131.600,00	1.131.600,00	0,00	0,00	0%	76%	
D 11	Total das Despesas (Despesas Correntes)	800.692,44	3.042.131,00	10.1019,00	2.042.006,40	1.966.674,36	1.674.598,93	1.763.286,91	76.332,06	203.388,44	3%	55%	
D 11	Total Geral (Despesas Capital)	474,44	20.000,00	0,00	12.203,49	12.203,49	11.729,05	12.203,49	0,00	0,00	2%	59%	
D 11	Total Geral (Despesas não efetivas)	0,00	1.600.000,00	0,00	1.131.600,00	1.131.600,00	1.131.600,00	1.131.600,00	0,00	0,00	0%	75%	
D 11	Total Geral	801.066,88	4.662.131,00	10.1019,00	3.186.709,89	3.110.377,84	2.817.827,98	2.906.989,40	76.332,06	203.388,44	2%	62%	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Rosa
Rosa

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA DO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Rubrica	Descrição	Receita				
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
Receitas Correntes						
R 1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos diretos					
R12	Impostos indiretos					
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
R3	Taxas, multas e outras penalidades	500,00	1000,00	0,00	0,00	1500,00
R4	Rendimentos de propriedade					
R5	Transferências Correntes	1 137 329,00	40 000,00	447 302,64	0,00	730 026,36
R5.1	Administrações Públicas	1 137 329,00	40 000,00	447 302,64	0,00	730 026,36
R5.11	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.12	Administração Central - Outras entidades	36 800,00	40 000,00	5 273,64	0,00	71 526,36
R5.13	Segurança Social	28 500,00	0,00	0,00	0,00	28 500,00
R5.14	Administração Regional	1072 029,00	0,00	442 029,00	0,00	630 000,00
R5.15	Administração Local					
R5.2	Exterior - UE					
R5.3	Outras					
R6	Venda de bens e serviços	390 000,00	64 273,64	9 000,00	0,00	445 273,64
R7	Outras receitas correntes					
	Total das Receitas Correntes	1527 829,00	105 273,64	456 302,64	0,00	1 176 800,00
Receitas de Capital						
R8	Venda de bens de investimento					
R9	Transferências de Capital	1227 500,00	337 029,00	1000,00	0,00	1563 529,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.11	Administração Central - Estado					
R9.12	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00		0,00
R9.13	Segurança Social					
R9.14	Administração Regional					
R9.15	Administração Local					
R9.2	Exterior - UE	1227 500,00	337 029,00	1000,00	0,00	1563 529,00
R9.3	Outras					
R10	Outras receitas de capital					
	Total das Receitas de Capital	1227 500,00	337 029,00	1000,00	0,00	1563 529,00
Receitas não efetiva						
R12	Ativos financeiros					
R13	Passivos financeiros	1700 000,00	0,00	0,00	0,00	1700 000,00
	Total das Receitas não efetiva	1700 000,00	0,00	0,00	0,00	1700 000,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00	30 000,00
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	91802,00	0,00	0,00	91802,00
	Total Geral (Receitas Correntes)	1527 829,00	105 273,64	456 302,64	0,00	1 176 800,00
	Total Geral (Receitas Capital)	1227 500,00	337 029,00	1000,00	0,00	1563 529,00
	Total Geral (Receitas Não Efetivas)	1700 000,00	0,00	0,00	0,00	1700 000,00
	Total Geral	4 470 329,00	549 104,64	457 302,64	0,00	4 562 131,00

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA DO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Rubrica	Tipo	Descrição	Despesa				Previsões Corrigidas
			Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			
				Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	
		Despesas Correntes					
D1		Despesas com o pessoal	862 302,00	201 709,00	124 644,00	0,00	939 367,00
D11	M	Remunerações Certas e Permanentes					0,00
D11	P	Remunerações Certas e Permanentes	536 007,00	58 115,00	12 111,00		682 011,00
D12	M	Abonos Variáveis ou Eventuais					0,00
D12	P	Abonos Variáveis ou Eventuais	176 883,00	0,00	110 392,00		66 491,00
D13	M	Segurança social					0,00
D13	P	Segurança social	149 412,00	43 594,00	2 141,00		190 865,00
D2		Aquisição de bens e serviços	1 683 648,00	541 917,25	429 180,25	0,00	1 796 385,00
D2	M	Aquisição de bens e serviços					0,00
D2	P	Aquisição de bens e serviços	1 683 648,00	541 917,25	429 180,25		1 796 385,00
D3		Juros e outros encargos	85 481,00	0,00	0,00	0,00	85 481,00
D3	M	Juros e outros encargos					0,00
D3	P	Juros e outros encargos	85 481,00	0,00	0,00		85 481,00
D4		Transferências correntes	215 213,00	0,00	0,00	0,00	215 213,00
D4.3	M	Famílias	100	0,00			100
D4.3	P	Famílias	215 212,00	0,00	0,00		215 212,00
D5		Subsídios				0,00	0,00
D6		Outras despesas correntes	13 685,00	0,00	8 000,00	0,00	5 685,00
D6	M	Outras despesas correntes					0,00
D6	P	Outras despesas correntes	13 685,00	0,00	8 000,00		5 685,00
		Total das Despesas Correntes	2 860 329,00	743 626,25	561 824,25	0,00	3 042 131,00
		Despesas de Capital	110 000,00	0,00	90 000,00	0,00	20 000,00
D7	M	Investimento					0,00
D7	P	Investimento	110 000,00	0,00	90 000,00		20 000,00
D8		Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1		Administrações Públicas					
D8.11		Administração Central - Estado					
D8.12		Administração Central - Outras entidades					
D8.13		Segurança Social					
D8.14		Administração Regional					
D8.15		Administração Local					
D8.2		Instituições sem fins lucrativos					
D8.3		Famílias					
D8.4		Outras					
D9		Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total das Despesas de Capital	110 000,00	0,00	90 000,00	0,00	20 000,00
		Despesas não efetivas					
D10		Ativos financeiros					
D11	M	Passivos financeiros	1 500 000,00	0,00	0,00		1 500 000,00
D11	P	Passivos financeiros					0,00
		Total das Despesas não efetivas	1 500 000,00	0,00	0,00	0,00	1 500 000,00
		Total Geral (Despesas Correntes)	2 860 329,00	743 626,25	561 824,25	0,00	3 042 131,00
		Total Geral (Despesas Capital)	110 000,00	0,00	90 000,00	0,00	20 000,00
		Total Geral (Despesas não efetivas)	1 500 000,00	0,00	0,00	0,00	1 500 000,00
		Total Geral	4 470 329,00	743 626,25	651 824,25	0,00	4 562 131,00

A
Roj

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS

Exercício: 2022

Tipo de receita	Disposições Legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita Prevista e não recebida	Devolução de transferências/subsídios ocorrida	Observações
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6] = [4] - [5]	[7]	[8]
Transferência capital	Contrato-Programa 2022	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	550 000,00	550 000,00	-	-	
Transferência capital	Contrato-Programa 2022, Marca Açores	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	39 054,19	39 054,19	-	-	

O Contabilista Certificado

Pedro Reis



A Direção

António Almeida

Rui Apresentação

Rosa Costa

João Medeiros



1. The first part of the document is a list of names and titles, including the names of the authors and the titles of their works. This list is organized in a structured manner, likely serving as a table of contents or a reference list for the document.